

GUILHERME MADEIRA DEZEM

CURSO DE
**PROCESSO
PENAL**

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CURSO DE PROCESSO PENAL

GUILHERME MADEIRA DEZEM

Coordenadores

Darlan Barroso

Marco Antonio Araujo Junior



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [03-2015]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [23.02.2015]



ISBN 978-85-203-5971-6

Sumário

Apresentação da Coleção	5
Nota do Autor – <i>Quem eu sou e como vim a ser</i>	7
Capítulo 1. Processo penal: entre o garantismo e a eficácia	44
Capítulo 2. As fontes do Processo Penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal	48
2.1 Noções gerais	49
2.2 Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante)	50
2.2.1 Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal	51
2.3 Fontes do Processo Penal	54
2.3.1 Fontes materiais do Direito Processual Penal	55
2.3.2 Fontes formais do Direito Processual Penal	56
2.4 Formas de interpretação e integração do sistema processual penal	58
2.4.1 Interpretação extensiva	59
2.4.2 Analogia e interpretação analógica	59
2.4.3 Princípios gerais do Direito	61
Capítulo 3. Sistemas Processuais Penais	62
3.1 Sistema – noção e importância	63
3.2 Sistema inquisitivo.....	65
3.3 Sistema acusatório	66
3.4 Sistema misto	68

Capítulo 4. Princípios do Processo Penal	70
4.1 Princípios - noção e importância	71
4.2 Princípio da ampla defesa	72
4.2.1 Autodefesa	73
4.2.1.1 Autodefesa e acusado estrangeiro	74
4.2.2 Defesa técnica	75
4.3 Princípio do acesso à justiça criminal	76
4.4 Princípio do contraditório	77
4.5 Princípio do devido processo legal	78
4.6 Princípio da dignidade da pessoa humana	82
4.7 Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico)	82
4.8 Princípio da duração razoável do processo	84
4.8.1 Origem	84
4.8.2 Noção e critérios	85
4.9 Princípio da economia processual	86
4.10 Princípio da iniciativa das partes	87
4.11 Princípio do impulso oficial	88
4.12 Princípio da isonomia	88
4.13 Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz)	89
4.14 Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé)	92
4.15 Princípio da motivação das decisões	92
4.16 Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>)	95
 Capítulo 5. Eficácia da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço ..	 98
5.1 Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo ..	99
5.2 Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	100

5.3	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência	101
5.4	Lei Processual Penal no Espaço	102

Capítulo 6. Inquérito Policial e outras formas de investigação preliminar	106	
6.1	Investigação preliminar: noção e formas	107
6.1.1	Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito	108
6.1.2	A investigação pelo Ministério Público	109
6.1.3	A investigação no Juizado Especial Criminal	111
6.1.4	Inquérito Civil	112
6.1.5	A investigação defensiva	112
6.2	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções	113
6.2.1	Polícia Federal	114
6.2.2	Demais polícias	115
6.3	Inquérito policial	116
6.3.1	Noção e natureza jurídica	116
6.3.2	Características	117
6.3.2.1	Procedimento escrito	117
6.3.2.2	Procedimento Sigiloso	118
6.3.2.3	Procedimento Indisponível	121
6.3.2.4	Procedimento obrigatório	122
6.3.2.5	Procedimento dispensável	122
6.3.2.6	Caráter discricionário da investigação	122
6.3.2.7	Caráter inquisitivo	123
6.3.2.8	Caráter oficial	125
6.3.2.9	Caráter oficioso	125
6.3.3	Finalidade do Inquérito Policial	126
6.3.4	A presidência do Inquérito Policial	126
6.3.5	O valor probatório do inquérito	127
6.4	Início do inquérito policial	129

6.4.1	<i>Notitia criminis</i>	129
6.4.1.1	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial	130
6.4.2	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	131
6.4.3	Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	132
6.4.4	Diferença entre requisição e requerimento	133
6.4.5	Auto de prisão em flagrante	134
6.4.6	De ofício - Portaria	134
6.4.7	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada..	134
6.4.8	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial	135
6.5	Desenvolvimento do inquérito policial.....	136
6.5.1	Reprodução simulada dos fatos	137
6.5.2	Prazo para a conclusão do inquérito.....	138
6.5.2.1	Cômputo do período de prisão temporária.....	142
6.5.3	Incomunicabilidade do indiciado preso	143
6.5.4	Indiciamento	143
6.5.4.1	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i>	144
6.5.4.2	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento	145
6.5.5	A identificação criminal	145
6.5.5.1	Regras que regem o tema e abrangência dos atos	145
6.5.5.2	Hipóteses de identificação criminal	147
6.5.6	Indiciado menor - nomeação de curador	149
6.5.7	Irregularidades no inquérito e suas repercussões.....	149
6.6	O encerramento do inquérito policial	150
6.6.1	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	150
6.6.2	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública	151
6.6.3	Arquivamento do inquérito policial	153

6.6.3.1	Modalidades de arquivamento.....	155
6.6.3.2	Recorribilidade do arquivamento.....	157
6.6.4	Desarquivamento do inquérito policial.....	158
Capítulo 7.	Ação Penal e Pressupostos Processuais	162
7.1	Classificação da ação penal.....	163
7.2	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos	167
7.3	Condições da ação penal e pressupostos processuais.....	169
7.3.1	Noções Gerais.....	169
7.3.2	Legitimidade <i>ad causam</i>	172
7.3.3	Interesse de agir	174
7.3.4	Possibilidade jurídica do pedido	175
7.3.5	Justa causa para a ação penal	176
7.3.6	A teoria da "prospettazione", ou teoria da asserção ou te- oria da afirmação.....	179
7.3.7	Condições específicas ou condições de procedibilidade	180
7.3.8	Pressupostos processuais	181
7.4	Ação penal de iniciativa pública incondicionada	183
7.4.1	Noção e identificação	183
7.4.2	Princípios.....	184
7.4.3	Legitimidade ativa	188
7.4.4	Veículo	188
7.5	Ação penal pública condicionada.....	189
7.5.1	Noção e identificação	189
7.5.2	Princípios.....	189
7.5.3	Legitimidade	189
7.5.4	Veículo	190
7.5.5	Representação	190
7.5.5.1	Noção e Natureza Jurídica da representação.....	190
7.5.5.2	Legitimado ativo.....	191
7.5.5.2.1	Sucessão processual	193

7.5.5.3	Destinatários da representação	194
7.5.5.4	Prazo da representação	195
7.5.5.5	Aspecto formal: a forma da representação	195
7.5.5.6	Retratação da representação	196
7.5.5.7	Não vinculação da representação	197
7.5.6	Requisição do Ministro da Justiça	197
7.5.7	Consequências da falta de representação ou de requisição	200
7.6	Ação penal de iniciativa privada	200
7.6.1	Noção, espécies e identificação	200
7.6.2	Princípios.....	201
7.6.3	Legitimidade ativa	203
7.6.3.1	Sucessão processual	204
7.6.4	Veículo	204
7.6.5	Aspecto temporal - O prazo para o oferecimento da queixa-crime	204
7.6.6	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima	206
7.6.7	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	207
7.6.8	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública	209
7.7	Denúncia e queixa-crime	210
7.7.1	Requisitos.....	210
7.7.1.1	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa.....	212
7.7.1.2	Requisito especial da queixa-crime	215
7.7.2	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime	216
7.7.3	Aditamento da denúncia	218
7.7.4	Aditamento da queixa-crime	219
7.8	Extinção da punibilidade.....	221
Capítulo 8.	Ação civil	226

8.1	Considerações gerais	227
8.2	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil.....	228
8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado.....	231
8.4	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões	236
8.5	Legitimidade do Ministério Público	242
Capítulo 9. Competência		244
9.1	Noções gerais e definição.....	245
9.2	Classificação e espécies de competência.....	248
9.3	Garantia do Juiz Natural.....	254
9.3.1	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei.....	257
9.3.2	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto	258
9.3.3	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ	259
9.3.4	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal.....	261
9.3.5	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada	262
9.3.6	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento.....	263
9.4	Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	264
9.5	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência.....	265
9.6	Competência Internacional	266
9.7	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado)	267
9.7.1	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria	274
9.7.2	Prerrogativa de função e concurso de agentes	275
9.7.3	Renúncia de mandato e competência originária.....	278
9.8	Competência Constitucional de Justiça Especializada	280
9.9	Competência da Justiça Federal.....	283

9.9.1	Generalidades	283
9.9.2	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988	286
9.9.3	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988	287
9.9.4	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988.....	288
9.9.5	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – Art. 109, inc. V ..	291
9.9.6	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109	294
9.9.7	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico financeira – art. 109, VI.....	295
9.9.8	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – Art. 109, inc. VII e VIII	297
9.9.9	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – Art. 109, inc. IX	298
9.9.10	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – Art. 109, X	300
9.9.11	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – Art. 109, XI	301
9.9.12	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal)	303
9.9.13	A competência da Justiça Estadual	305
9.10	Competência Territorial.....	305
9.10.1	Competência territorial - regra geral do art. 70 do CPP	306
	9.º0.1.2 Exceções à regra geral do art. 70.....	307
9.10.2	Foro Supletivo - A competência pelo domicílio ou residência do réu	309
9.10.3	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência	310
9.11	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção.....	311
9.12	Causas de modificação da competência - conexão e continência	313
9.12.1	Hipóteses de Conexão	314

9.12.2	Hipóteses de continência	316
9.12.3	Consequências da conexão e da continência.....	317
9.12.4	Foro prevalente	320
9.12.5	Prorrogação de competência.....	321
Capítulo 10.	Das questões e processos incidentes	324
10.1	Noções gerais	325
10.2	Questões prejudiciais	326
10.2.1	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica.....	327
10.2.2	Classificações	329
10.2.2.1	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas	329
10.2.2.2	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas	330
10.2.2.3	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas	331
10.2.3	Sistemas de solução da questão prejudicial	332
10.2.4	Questão prejudicial obrigatória	333
10.2.5	Questão prejudicial facultativa	336
10.3	Exceções.....	338
10.3.1	Generalidades	338
10.3.2	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	340
10.3.2.1	Generalidades	340
10.3.2.2	Hipóteses de cabimento	342
10.3.2.3	Legitimados ativos	342
10.3.2.4	Procedimento	343
10.3.2.5	Recurso	346
10.3.2.6	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial	347
10.3.3	Exceção de incompetência de juízo	349

10.3.3.1	Generalidades	349
10.3.3.2	Legitimados para opor a exceção.....	350
10.3.3.3	Procedimento da exceção	351
10.3.4	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada	352
10.3.5	Restituição de coisas apreendidas.....	354
10.3.5.1	Generalidades	354
10.3.5.2	Requisitos	355
10.3.5.3	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação.....	356
10.3.6	Incidente de falsidade	357
10.3.6.1	Generalidades	357
10.3.6.2	Procedimento	359
10.3.7	Incidente de insanidade mental do acusado	359
10.3.7.1	Generalidades: legitimados e cabimento	359
10.3.7.2	Procedimento	361
10.3.7.3	Inimputabilidade e processo penal	362
10.4	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais)	364
10.4.1	Considerações Gerais	364
10.4.2	Sequestro.....	367
10.4.2.1	Bens e finalidade.....	367
10.4.2.2	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade	368
10.4.2.3	Levantamento	369
10.4.2.5	Defesa	371
10.4.2.6	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública - Dec.-lei 3.240/1941.....	373
10.4.3	Especialização de Hipoteca Legal.....	375
10.4.3.1	Bens, finalidade e momento.....	375
10.4.3.2	Requisitos e Procedimento	376
10.4.3.3	Cancelamento e defesa	378

10.4.4	Arresto.....	378
10.4.4.1	Bens, finalidade e requisitos	378
10.4.4.2	Revogação, Levantamento e defesa.....	379
10.4.5	Quadro-resumo.....	379

Capítulo 11. Provas no Processo Penal..... 382

11.1	Prova: importância e acepções do vocábulo	384
11.2	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções	388
11.2.1	Procedimento probatório e direito à prova.....	393
11.2.1.2	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório.....	394
11.2.1.3	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova	395
11.3	Princípios aplicáveis à prova.....	396
11.3.1	Princípio da autorresponsabilidade das partes	396
11.3.2	Princípio da aquisição ou comunhão de prova.....	396
11.3.3	Princípio da oralidade.....	397
11.3.4	Princípio da verdade real.....	397
11.3.5	Princípio da liberdade probatória	399
11.3.6	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	400
11.3.7	Princípio da presunção de inocência	402
11.3.8	Princípio da audiência contraditória	405
11.4	Ônus da prova	405
11.5	Poderes instrutórios do juiz.....	407
11.5.1	Princípio da proporcionalidade	409
11.5.1.1	Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF	410
11.6	Prova emprestada.....	411

11.6.1	A prova emprestada e seu valor probatório.....	413
11.6.2	Prova emprestada e crimes da competência do júri....	414
11.7	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais.....	415
11.8	Sistemas de apreciação das provas	419
11.8.1	Sistema da livre convicção (íntima convicção, certeza moral do juiz)	419
11.8.2	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada)	420
11.8.3	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado)	421
11.9	Limites ao direito à prova	422
11.10	Prova ilícita	423
11.10.1	Prova ilícita – Sistema pré 2008	423
11.10.1.1	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré 2008	425
11.10.2	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós 2008	426
11.10.2.1	O juiz contaminado	428
11.10.3	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	430
11.10.3.1	Exceção de boa-fé.....	430
11.10.3.2	Exceção de impugnação	431
11.10.3.3	Exceção de erro inócuo	431
11.10.3.4	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova	431
11.10.3.5	Princípio da proporcionalidade	432
11.10.3.6	Prova ilícita <i>pro reo</i>	433
11.11	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	434
11.11.1	Teoria da fonte independente	436
11.11.2	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente).....	438
11.11.3	Teoria do nexu causal atenuado – (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído).....	440

11.12 Prova típica e atípica: noção	441
11.13 Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	449
11.14 Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Artigos 158 a 184 do CPP	454
11.14.1 Noções gerais.....	454
11.14.2 Terminologia	455
11.14.3 Obrigatoriedade do exame de corpo de delito.....	455
11.14.4 Modalidades de exame de corpo de delito.....	457
11.14.5 Peritos – Generalidades	460
11.14.5.1 Classificação dos peritos.....	461
11.14.5.2 A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual.....	461
11.14.5.3 Ausência de peritos oficiais.....	466
11.14.6 Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos	466
11.14.7 Indicação de assistentes técnicos.....	467
11.14.8 Realização da perícia	471
11.14.9 Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório	473
11.14.10 Autópsia.....	474
11.14.11 Exumação.....	474
11.14.12 Exame de local de crime.....	475
11.14.13 Exame de delito e lesões corporais	475
11.14.14 Exames laboratoriais	476
11.14.15 Exames nos crimes cometidos com destruição/rompimento de obstáculo ou escalada.....	476
11.14.16 Laudo de avaliação	476
11.14.17 Exame de local de incêndio	477
11.14.18 Exame grafotécnico	477
11.14.19 Exame dos instrumentos do crime.....	478
11.14.20 Perícias não previstas em lei.....	478

11.15	Interrogatório	481
11.15.1	Noção e natureza jurídica.....	481
11.15.2	Obrigatoriedade do interrogatório	483
11.15.3	Condução coercitiva em caso de ausência do réu ...	484
11.15.4	Interrogatório da pessoa jurídica.....	485
11.15.5	Local do interrogatório.....	486
11.15.6	Características do interrogatório.....	488
11.15.7	O procedimento do interrogatório e seu conteúdo	489
11.15.7.1	O momento do interrogatório na audiência	489
11.15.7.2	Providências preparatórias	491
11.15.7.3	O ato do interrogatório	491
11.15.7.4	Qualificação e advertência prévia do interrogatório.....	492
11.15.7.5	Início do interrogatório e suas modalidades	493
11.15.7.6	Modalidades especiais de interrogatório ...	495
11.15.8	Renovação do interrogatório	496
11.16	Confissão	497
11.16.1	Noção, natureza jurídica e fonte.....	497
11.16.2	Espécies de confissão.....	498
11.16.3	Requisitos da confissão.....	498
11.16.4	Características da confissão	499
11.16.5	Valor da confissão.....	499
11.17	Ofendido.....	500
11.17.1	Noção e natureza jurídica.....	500
11.17.2	Procedimento e contraditório.....	501
11.17.2.1	O ofendido e o falso testemunho	502
11.17.3	Diferenças entre testemunha e vítima	502
11.17.4	Valor probatório das declarações do ofendido	503

11.17.5	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido	503
11.18	Prova Testemunhal	508
11.18.1	Noções gerais.....	508
11.18.2	Natureza jurídica, legitimados, valor	510
11.18.3	Classificação das testemunhas	510
11.18.4	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha).....	512
11.18.5	Deveres da testemunha.....	513
11.18.6	Número máximo de testemunhas	515
11.18.7	Procedimento para a produção da prova testemunhal – <i>Direct e cross examination</i> – a nova forma de colheita da prova oral.....	515
11.18.8	Capacidade de ser testemunha	516
11.19	Reconhecimento de pessoas e coisas	519
11.19.1	Noção, natureza jurídica e espécies	519
11.19.2	Procedimento para o reconhecimento	519
11.19.3	Reconhecimento coletivo ou em grupo	524
11.19.4	Reconhecimento fotográfico.....	524
11.20	Acareação	529
11.20.1	Noção, natureza jurídica e momento.....	529
11.20.2	Pressupostos da acareação.....	530
11.20.3	Sujeitos da acareação	531
11.20.4	Procedimento da acareação	532
11.20.5	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade.....	533
11.21	Documentos	533
11.21.1	Noção e classificação	533
11.21.2	Produção da prova documental	535
11.21.3	Limitação à produção da prova documental.....	536
11.21.4	O juiz e a produção da prova documental.....	536

11.21.5	Documentos estrangeiros e validade do documento particular	537
11.21.6	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	538
11.22	Indícios	538
11.22.1	Generalidades e noção	538
11.22.2	Indícios e presunções	539
11.22.3	Valor probatório dos indícios	539
11.23	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório	540
11.23.1	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites	542
11.23.2	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor	548
11.23.3	Prova decorrente de gravação em vídeo	552
11.24	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa)	560
11.24.1	Busca e Apreensão	561
11.24.1.1	Generalidades e natureza jurídica	561
11.24.1.2	Objeto da busca	562
11.24.1.3	Busca domiciliar	563
11.24.1.4	Busca pessoal	565
11.24.1.5	Busca em veículo e em celular	566
11.24.1.6	Busca em escritório de advocacia	567
11.24.1.7	Serendipidade (encontro fortuito de provas)	568
Capítulo 12. Medidas cautelares pessoais		570
12.1	Teoria geral das medidas cautelares	572
12.1.1	Considerações gerais e espécies	572
12.1.2	Características das medidas cautelares	577

12.1.3	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica.....	581
12.1.3.1	Princípio da Presunção de Inocência.....	581
12.1.3.2	Princípio da Duração Razoável do Processo .	582
12.1.4	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP.....	586
12.1.4.1	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, inc. I e II e § 6.º.....	587
12.1.4.2	Cumulatividade	588
12.1.4.3	Atuação do juiz e sistema acusatório	589
12.1.4.4	Contraditório prévio	590
12.1.4.5	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais.....	591
12.2	Prisão.....	592
12.2.1	Considerações gerais.....	592
12.2.2	Classificações – (prisão processual, cautelar, provisória e medida pré-cautelares).....	593
12.2.3	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar.....	595
12.2.4	Imunidades Prisionais.....	606
12.2.5	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada ..	608
12.2.6	Mandado de prisão arts. 285 a 289.....	610
12.2.6.1	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros	612
12.2.7	Prisão Especial e Prisão em Sala do Estado Maior	614
12.3	Prisão em flagrante.....	615
12.3.1	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante.....	615

12.3.2	Sujeitos ativo e passivo do flagrante.....	617
12.3.3	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal	617
12.3.4	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado	620
12.3.5	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada)	622
12.3.6	Formalidades do auto de prisão em flagrante	623
	12.3.6.1 Atuação do juiz ao receber o flagrante.....	627
12.3.7	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada)	629
12.4	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	630
12.4.1	Considerações gerais	630
12.4.2	Momento para a decretação da prisão preventiva	631
12.4.3	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz.	632
12.4.4	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva	633
12.4.5	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições	634
12.4.6	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva.....	636
12.4.7	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva	638
	12.4.7.1 Garantia da ordem pública.....	638
	12.4.7.2 Garantia da ordem econômica	640
	12.4.7.3 Conveniência da instrução criminal	641
	12.4.7.4 Assegurar a aplicação da lei penal.....	642
12.4.8	Condições de admissibilidade da prisão preventiva...	643
12.4.9	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós reforma de 2011 ..	645
12.4.10	Relaxamento e revogação da prisão preventiva	647

12.5	Prisão temporária	648
12.5.1	Cabimento da prisão temporária	649
12.5.2	Momento da prisão temporária e motivação da decisão.....	654
12.5.3	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação.....	655
12.5.4	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva.....	656
12.6	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar	657
12.7	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão)	658
12.8	Liberdade Provisória	666
12.8.1	Considerações gerais	666
12.8.2	Liberdade provisória: modalidades e limites	671
12.8.3	Liberdade provisória obrigatória	672
12.8.4	Liberdade provisória vedada	673
12.8.5	Liberdade provisória possível.....	675
12.8.6	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança.....	675
12.8.7	Liberdade provisória com fiança	678
	12.8.7.1 Comentários Gerais	678
	12.8.7.2 Fiança pelo delegado.....	679
	12.8.7.3 Arbitramento da fiança	680
	12.8.7.4 Procedimento da fiança.....	680
	12.8.7.5 Deveres decorrentes da fiança.....	681
	12.8.7.6 Perda, Quebra, Cassação e reforço da fiança	681
Capítulo 13.	Teoria Geral dos Procedimentos e Atos Processuais.....	684
13.1	Premissas.....	685
13.2	Considerações gerais	686

13.3	Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário	689
13.4	Recebimento da denúncia	692
13.4.1	Quantidade de recebimentos da denúncia	693
13.4.2	Motivação no recebimento da denúncia.....	694
13.4.3	<i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia	695
13.4.4	Rejeição da denúncia - art. 395 do CPP	697
13.5	Citação	699
13.5.1	Considerações gerais e modalidades	699
13.5.2	Citação real	700
13.5.3	Citação ficta: citação por hora certa.....	702
13.5.4	Citação por edital	703
13.6	Resposta	707
13.7	Absolução sumária - art. 397 do CPP - julgamento antecipado <i>pro reo</i>	709
13.8	Audiência de instrução, debates e julgamento - arts. 400 a 405 do CPP	712
13.9	Sentença.....	716
13.9.1	Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças.....	716
13.9.2	Requisitos da sentença	719
13.9.3	Sentença absolutória	721
13.9.4	Sentença condenatória	723
13.9.5	Correlação entre acusação e sentença - <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i>	725
13.9.5.1	<i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> - Crítica e questões controversas.....	728
13.9.6	Coisa julgada	729
13.9.6.1	Noções gerais - conceito e a coisa julgada parcial	729

13.9.6.2	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH.....	731
13.9.6.3	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada.....	732
13.9.6.4	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado	733
13.10	Procedimento comum sumário	735
13.11	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995	736
13.11.1	Crítérios orientadores e objetivos do Jecrim	736
13.11.2	Competência do Jecrim	737
13.11.3	Fluxograma do rito Jecrim.....	738
13.11.4	Termo circunstanciado – art. 69	738
13.11.5	Audiência preliminar.....	739
13.11.5.1	Composição civil: arts. 72 e 74 parágrafo único	739
13.11.5.2	Transação penal: art. 76.....	740
13.11.6	Audiência de instrução, debates e julgamento	741
13.11.7	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal.....	741
13.11.8	Suspensão condicional do processo (<i>sursis</i> processual – art. 89 da Lei 9.099/1995.....	744
13.12	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP	747
13.13	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP	748
13.13.1	Generalidades e pedido de explicações	748
13.13.2	Procedimento e audiência de reconciliação	750
13.13.3	Exceção da verdade e da notoriedade do fato	752
13.14	Procedimento do Júri.....	754
13.14.1	Considerações gerais	754
13.14.2	Princípios constitucionais do Júri	755

13.14.3	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP	758
13.14.4	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP	762
13.14.4.1	Requisitos e crimes conexos.....	762
13.14.4.2	Conteúdo, vinculação e <i>emendatio e mutatio libelli</i>	764
13.14.5	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP.....	766
13.14.6	Desclassificação – art. 419 do CPP	767
13.14.7	Absolvição sumária – art. 415 do CPP	769
13.14.8	Preparação da segunda fase do Júri.....	771
13.14.9	Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP	771
13.14.9.1	Considerações gerais	771
13.14.9.2	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade.....	773
13.14.9.3	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade.....	774
13.14.9.4	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2.º, do CPP.....	775
13.14.10	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais	775
13.14.11	Instalação da sessão plenária.....	776
13.14.11.1	Jurados.....	776
13.14.11.2	Ausência do Ministério Público	777
13.14.11.3	Ausência do assistente de acusação	777
13.14.11.4	Ausência do advogado de defesa ou do defensor	778
13.14.11.5	Ausência do acusado	778
13.14.11.6	Ausência das testemunhas	778
13.14.12	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP	779

13.14.13 Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP.....	782
13.14.14 Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP	784
13.14.14.1 Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	785
13.14.15 Sala especial e quesitos	789
13.14.16 Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP..	796
Capítulo 14. Nulidades.....	798
14.1 Considerações gerais e natureza jurídica.....	799
14.2 Classificações das nulidades	801
14.2.1 A tríade tradicional - Inexistência, nulidade e irregularidade	801
14.2.2 Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas	804
14.3 Princípios em sede de nulidades	807
14.3.1 Princípio da tipicidade das formas.....	807
14.3.2 Princípio da eficácia dos atos processuais.....	816
14.3.3 Princípio da restrição processual à decretação das nulidades.....	817
14.3.4 Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo.....	817
14.3.5 Princípio da causalidade ou da consequencialidade...	819
14.3.6 Princípio da conservação dos atos processuais.....	820
14.3.7 Princípio do interesse	821
14.4 Formas de saneamento das nulidades.....	822
14.5 Nulidades cominadas no Código de Processo Penal.....	823
14.5.1 Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz	823
14.5.2 Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte	824
14.5.3 Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes.....	825

14.5.4	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitui elemento essencial do ato	832
14.6	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis	833
Capítulo 15.	Recursos	836
15.1	Noções gerais e natureza jurídica	838
15.2	Classificação dos recursos	838
15.3	Princípios em matéria recursal	839
15.3.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	839
15.3.2	Princípio da voluntariedade	843
15.3.2.1	Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício)	844
15.3.3	Princípio da disponibilidade dos recursos	846
15.3.4	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos	846
15.3.5	Princípio da unirrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade	848
15.3.6	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	849
15.3.7	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	849
15.3.8	Princípio da taxatividade	852
15.3.9	Princípio da personalidade dos recursos <i>versus</i> princípio do benefício comum	852
15.3.10	Princípio da dialeticidade	853
15.4	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal	854
15.4.1	Noção	854
15.4.2	Pressupostos objetivos	854
15.4.2.1	Cabimento	855
15.4.2.2	Adequação	855
15.4.2.3	Tempestividade	855

15.4.2.4	Inexistência de fato impeditivo	857
15.4.2.4.1	Renúncia ao direito de recorrer – A renúncia ocorre quando se abre mão do direito de recorrer, antes mesmo da interposição da impugnação.....	857
15.4.2.4.2	Preclusão	858
15.4.2.5	Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso)	859
15.4.2.6	Regularidade formal	860
15.4.3	Pressupostos recursais subjetivos.....	860
15.4.3.1	Legitimidade recursal.....	861
15.4.3.2	Interesse recursal.....	861
15.5	Efeitos dos recursos	863
15.5.1	Efeito obstativo	863
15.5.2	Efeito devolutivo	863
15.5.3	Efeito suspensivo	865
15.5.4	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	865
15.5.5	Efeito extensivo	865
15.5.6	Efeito substitutivo	866
15.5.7	Efeito translativo.....	866
15.6	Recurso em sentido estrito.....	866
15.6.1	Generalidades	866
15.6.2	Cabimento	869
15.6.2.1	Decisão que não receber a denúncia ou queixa.....	869
15.6.2.2	Decisão que reconhece a incompetência de juízo.....	870
15.6.2.3	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição	871
15.6.2.4	Decisão que pronunciar o acusado	871

15.6.2.5	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	871
15.6.2.6	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor	872
15.6.2.7	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade.....	872
15.6.2.8	Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	873
15.6.2.9	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte	874
15.6.2.10	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	874
15.6.2.11	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta.....	874
15.6.2.12	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	875
15.6.2.13	Decisão sobre o incidente de falsidade	875
15.6.3	Legitimidade do recurso em sentido estrito.....	875
15.6.4	Competência recursal.....	876
15.6.5	Regularidade formal.....	876
15.6.6	Efeitos	877
15.6.7	Aspectos do interesse de agir.....	877
15.6.8	Procedimento	878
15.7	Apelação	878
15.7.1	Considerações gerais.....	878
15.7.2	Cabimento	879
15.7.2.1	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I	879
15.7.2.3	Decisões do tribunal do júri.....	880

15.7.3	Legitimidade.....	883
15.7.3.1	Ministério Público	883
15.7.3.2	Acusado	883
15.7.3.3	Defensor.....	884
15.7.3.4	Ofendido e terceiros.....	884
15.7.4	Competência recursal.....	885
15.7.5	Regularidade formal.....	885
15.7.6	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção.....	885
15.7.7	Efeitos	886
15.7.8	Prazo.....	886
15.7.9	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidades formais).....	887
15.8	Embargos infringentes ou de nulidade	887
15.8.1	Considerações gerais.....	887
15.8.2	Legitimidade.....	888
15.8.3	Cabimento	888
15.8.4	Competência recursal.....	889
15.8.5	Regularidade formal.....	889
15.8.6	Efeitos	890
15.8.7	Procedimento	890
15.8.8	Prazo e interposição	890
15.9	Embargos de declaração	891
15.9.1	Considerações gerais.....	891
15.9.2	Cabimento	891
15.9.3	Natureza Jurídica.....	892
15.9.4	Competência recursal.....	892
15.9.5	Legitimidade.....	893
15.9.6	Regularidade formal.....	893

15.9.7	Prazo.....	893
15.9.8	Efeitos	894
15.9.9	Embargos na Lei 9.099/1995.....	894
15.9.10	Procedimento	894
15.9.11	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos.....	895
15.10	Carta Testemunhável	895
15.10.1	Considerações gerais	895
15.10.2	Natureza Jurídica	895
15.10.3	Cabimento	896
15.10.4	Competência recursal	896
15.10.5	Regularidade formal	896
15.10.6	Efeitos.....	896
15.10.7	Prazo recursal.....	897
15.10.8	Procedimento.....	897
15.11	Agravo em execução	897
15.11.1	Introdução	897
15.11.2	Cabimento	898
15.11.3	Legitimidade e Interesse	898
15.11.4	Competência recursal	898
15.11.5	Regularidade formal	898
15.11.6	Efeitos.....	899
15.11.7	Procedimento no juízo <i>a quo</i>	899
15.12	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial.....	899
15.12.1	Cabimento.....	899
15.12.2	Competência recursal	900
15.13	Recurso Ordinário Constitucional.....	900
15.13.1	Cabimento.....	900

15.13.1.2	ROC para o STF	900
15.13.2.1	Limites da Matéria	901
15.13.3	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	901
15.13.4	Procedimento.....	902
15.13.4.1	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	902
15.13.4.2	Mandado de Segurança	902
15.14	Recurso extraordinário e recurso especial.....	903
15.14.1	Considerações gerais	903
15.14.2	Cabimento	909
15.14.2.1	Cabimento do recurso extraordinário - Generalidades	909
15.14.2.2	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>a</i> - contrariedade à CF	910
15.14.2.3	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>b</i> - declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	911
15.14.2.4	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>c</i> - julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	912
15.14.2.5	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>d</i> - julgar válida lei local contestada em face de lei federal	912
15.14.2.5.1	Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ.....	913
15.14.3	Cabimento do recurso especial - generalidades	913
15.14.3.1	Cabimento do recurso especial - art. 105, III, <i>a</i> - contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência	914
15.14.3.2	Cabimento do Recurso Especial - art. 105, III, <i>b</i> - julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	914

15.14.3.4	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, c – der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	915
15.14.4	Recurso extraordinário e especial – legitimidade	916
15.14.5	Recurso extraordinário e especial – interesse recursal	916
15.14.6	Recurso extraordinário e especial – processamento ..	917
15.14.7	Recurso extraordinário e especial – efeitos	918
15.15	Ações autônomas de impugnação.....	921
15.15.1	<i>Habeas corpus</i>	921
15.15.1.1	Considerações gerais.....	921
15.15.1.2	Natureza Jurídica.....	928
15.15.1.3	Interesse de agir.....	929
15.15.1.4	Possibilidade jurídica do pedido	930
15.15.1.5	Legitimidade.....	931
15.15.1.5.1	Legitimidade ativa	931
15.15.1.5.2	Legitimidade passiva	932
15.15.1.6	Espécies de <i>Habeas corpus</i>	933
15.15.1.6.1	Liberatório.....	933
15.15.1.6.2	Preventivo	933
15.15.1.7	Hipóteses de impetração	934
15.15.1.8	Competência para julgamento	936
15.15.1.9	Procedimento	936
15.15.1.10	Recursos das decisões de <i>habeas corpus</i> ..	937
15.15.2	Revisão Criminal	939
15.15.2.1	Conceito.....	939
15.15.2.2	Natureza Jurídica.....	939
15.15.2.3	Condições da ação	940
15.15.2.3.1	Legitimidade	940
15.15.2.3.2	Interesse de agir	940

15.15.2.3.3	Possibilidade jurídica do pedido.....	940
15.15.2.4	Hipóteses de cabimento	941
15.15.2.5	Teses e pedidos na revisão criminal	942
15.15.2.6	Procedimento	943
15.15.2.7	Ônus da prova	944
15.15.2.8	Coisa julgada.....	944
Capítulo 16.	Bibliografia.....	946